



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (85) Telefone: 3108-1580 – <http://www.corregedoria.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na Vara Única da Comarca agregada
de Icapuí/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 10/2022/CGJCE

Corregedor-Geral da Justiça:

Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho

Juíza Corregedora Auxiliar:

Dra. Fabiana Silva Félix da Rocha



1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO	
Processo	PJeCor 0000161-75.2022.2.00.0806
Unidade	Vara Única da Comarca agregada de Icapuí
Entrância	Inicial
Endereço	Avenida Chico Félix, s/n, centro, Icapuí/CE (CEP: 62.810-000) – Telefone: (88) 3432.1245
Período da Correição	Abril/2022
Portaria nº	10/2022/CGJCE

2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS	
Nome: FÁBIO RODRIGUES SOUSA	Matrícula: Mat. 23822
(X) Juiz de Direito () Juiz Substituto	() Titular (X) Respondendo () Auxiliando Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria nº 1634/2021
Exercício cumulativo: (X) Sim () Não	Quais? 2ª Vara Cível da Comarca de Aracati (Portaria nº 124/2022)
Ingresso na Magistratura: 25/02/2016	Ingresso na Vara: 11/10/2021
O juiz reside na Comarca?	() Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	(X) Sim () Não Qual? CEJUSC e COMAN
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	() Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	() Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

3 DO QUADRO DE PESSOAL		
3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	00
3.2 JUÍZES LEIGOS	TOTAL	00
3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	02
José Haroldo Hamilton de Freitas		Mat. 1497
Frank de Oliveira Rodrigues		Mat. 516
3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	01
Marcos Alves Pereira		Mat. 22705
3.5 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	01
Maria Josilene de Freitas Medeiros		Mat. 736
3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL	00



3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO			TOTAL	01
Armando Rodrigues de Oliveira Júnior				Mat. 47042
3.8 TERCEIRIZADOS			TOTAL	01
Armando Rodrigues de Oliveira Júnior				Mat. 47042
3.9 CEDIDOS			TOTAL	05
Hilda de Alencar Oliveira	Efetivo	Técnica em gestão	Mat. 42890	
Maria Edite Rebouças Viana Silva	Efetivo	Operadora de sistema	Mat. 43004	
Mário Sérgio Nogueira de Souza	Efetivo	Auxiliar de gestão pública classe 1 - Porteiro	Mat. 42889	
Samara de Oliveira Alencar	Efetivo	Serviços gerais	Mat. 44513	
Josiane Rebouças Marques Ribeiro	Comissionado	Articulador regional	Mat. 46816	
3.10 CARGOS EM COMISSÃO				
Amanda de Sousa Lopes Nóbrega	Assistente de Unidade Judiciária			Mat. 46985
Iracilda Carvalho Moreira	Supervisora de Unidade Judiciária			Mat. 12130
Graca Nikaelle Balbino Ferreira	Assistente de Apoio Judiciário			Mat. 8037

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA	
Nome: Vandisa Maria Frota Prado Azevedo	() Titular (X) Respondendo
Responde por outras Comarcas? (X) Sim () Não	Quais? Comarcas de Fortim, Ibicuitinga, Ibaretama e 1ª e 3ª Promotoria de Justiça de Morada Nova

5 DO DEFENSOR PÚBLICO
Não há.

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA
Comarca de Vara Única
(X) Vara Única

7 DO ACERVO PROCESSUAL			
Acervo atual			2.069
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE			2.041
Data da Inspeção: Abril/2020	Nº CPA: 8501152-66.2020.8.06.0026		
() Diminuiu (X) Aumentou	Diferença:	28	
Tramitação Processual () Físico (X) Digital () Físico/Digital			
Percentual de Processos Digitais:		Não informado no relatório da CCMUJ	

8 DA PRODUTIVIDADE



DADOS DO MAGISTRADO		
8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 24 meses (conforme lista anexa)		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	3.128	130,33
Acordos	412	17,17
Decisões	3.676	153,17
Audiências	689	28,71
Despachos	13.066	544,42
DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 30/03/2022		
8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2022)		
Processos novos		139
Processos pendentes de julgamento		1.430
Processos julgados		202
Processos pendentes de baixa		2.069
Processos baixados		69
8.3 Gestão do acervo (Mês: Março /Ano: 2022)		
Processos conclusos para Sentença		37
Processos julgados e não baixados		475
Processo Suspenso		190
Processos Reativados no mês		2
Processos Transitados no mês		40
Processos em grau de recurso no mês		2
Processos remetidos a outro foro no mês		0
Processos arquivados definitivamente no mês		26
Processos entrados no mês		52
Processos julgados no mês		70
8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)		
Idoso	Pendente de Julgamento	67
	Pendente de Baixa	84
Doença Grave	Pendente de Julgamento	-
	Pendente de Baixa	-
Réu Preso	Pendente de Julgamento	26
	Pendente de Baixa	39
Menor	Pendente de Julgamento	1
	Pendente de Baixa	2
Portador de Necessidade Especial	Pendente de Julgamento	-
	Pendente de Baixa	-
8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		214
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		30
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		1
Total		245
8.6 Gestão de Tempo e Qualidade		
Índice de processos com assunto cadastrado		95,55%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100%

9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS	
9.1 VISÃO GERAL	
9.1.1 Processos Conclusos	
Para Despacho	279
Para Decisão Interlocutória	23



9.1.1 Liminares Pendentes de Análise	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	15
É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(X) Sim () Não
Como é feito esse controle? “1) Apresentada a contestação ou decorrendo o prazo da contestação, o processo direcionado para uma fila específica afim (sic) de maior controle e, pós conferência, são atendidos conforme ordem cronológica por matéria/natureza, exceto os considerados urgentes. 2) Pesquisa ao sistema SEI.”	
9.1.2 Custas Finais	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	(X) Sim () Não
Como é feito? “Após identificação da necessidade de recolhimento das custas, as partes são intimadas via diário e/ou por mandado judicial, já com as custas emitidas anexadas ao processo. Após identificação da comprovação de pagamento o processo segue sua tramitação ou, se não for o caso, é arquivado.”	
9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE	
9.2.1 Processos Cíveis	
Mandados de Segurança	5
Ações Cíveis Públicas	39
Ações de Improbidade Administrativa	2
9.2.2 Tribunal Popular do Juri	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	24
Juris realizados nos últimos 12 meses	0
Juris pendentes de realização	17
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	7
Processos inseridos na Meta ENASP	0
9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal	
Cumprimento em Regime Fechado	10
Cumprimento em Regime Semiaberto	56
Cumprimento em Regime Aberto	34
9.2.4 Infância e Juventude	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	28
Total de processos de apuração de Ato Infracional	27
Total de processos de execução de medida socioeducativa	1

10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	
10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais (pendentes)	
1. 8503096-06.2020.8.06.0026 – Sindicância	
2. 8500030-23.2020.8.06.0089 / 8504073-95.2020.8.06.0026 – Sindicância	
3. 8502354-78.2020.8.06.0026 (apenso: 8500033-75.2020.8.06.0089) – Reclamação	
10.2 Processos com Representação (últimos 24 meses)	
1. 0000367-82.2022.2.00.0000 – Representação por Excesso de Prazo	

11 DOS PROCEDIMENTOS	
11.1 Visão Geral	
Entrados no Mês	16
Arquivados	34
11.2 Procedimentos Investigatórios	
Pendentes	374
11.3 Cartas Precatórias	
Pendentes	50



12 DAS AUDIÊNCIAS	
12.1 Produtividade nos últimos 12 meses	
Total de audiências agendadas	646
Total de audiências realizadas	259
Audiências não realizadas	80
Audiências canceladas/redesignadas	152
12.2 Situação geral	
Processos aguardando a designação de audiências	94
Processos aguardando a realização de audiência	75
Audiência designada com a data mais distante	30/11/2022

13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE	
Gestão de Processo de Trabalho	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	(X) servidor específico () revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	(X) servidor específico () revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	(X) sim () não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	(X) sim () não

14 PROCESSOS INSPECIONADOS	
14.1 PROCESSOS COM REPRESENTAÇÃO NESTA CORREGEDORIA	
Processo	Movimentação
0005641-87.2019.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Possessória c/c Pedido Liminar, distribuída em 11/11/2019. Com decisão proferida em 12/11/2019, concedendo a liminar requestada. Após regular tramitação, foi exarado despacho (em 07/02/2022) ordenando a intimação das partes para fins de indicação justificada acerca da instrução probatória, com petitório juntado aos autos em 16/02/2022 e certificação de decurso do prazo em 10/03/2022. Autos levados à conclusão em 10/03/2022, com prolação de sentença terminativa em 07/04/2022. Aguarde-se o decurso do prazo recursal. Feito em ordem. Em 20/04/2022.
14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO	
Processo	Movimentação
0010254-19.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Execução de Alimentos, ajuizada em 18/06/2020. Após regular tramitação, foi proferida decisão em 31/01/2022, decretando a prisão civil do executado. Expediente de intimação providenciado em 13/04/2022. Na sequência, os autos são levados à conclusão em 13/04/2022. Cumpram-se os demais expedientes ordenados no <i>decisum</i> , com a consequente expedição do Mandado de Prisão no BNMP. Feito em ordem. Em 20/04/2022.



0200082-63.2022.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Ordinária, ajuizada em 31/03/2022. Autos levados automaticamente à conclusão na mesma data, com despacho exarado em 05/04/2022. Em 08/04/2022, foi apresentada emenda à inicial e, no mesmo dia, os autos são novamente levados à conclusão. Feito em ordem. Em 20/04/2022.
0004432-93.2013.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Usucapião Extraordinário, ajuizado em 07/06/2013. Feito conta com a tarja (metas do CNJ). Após lenta tramitação, foi devolvido mandado de intimação em 26/08/2021, com autos levados à conclusão em 10/09/2021. Na sequência (em 28/09/2021), exarou-se despacho de inspeção interna – sem análise ou movimentação processual -, com retorno à conclusão em 08/10/2021. Em 25/02/2022, foi emitida certidão nos autos. Resta evidenciado que o presente feito encontra-se paralisado, de fato, desde 10/09/2021 – portanto, há mais de 200 dias. Promova-se, com urgência, impulso oficial, bem como dê-se prioridade a presente demanda, por estar inserta em meta nacional. Em 20/04/2021.
0000566-34.2000.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Embargos à Execução, opostos em 10/07/1998. Registre-se que foi prolatada sentença de improcedência em 10/08/2006, com acórdão de ratificação proferido em 14/04/2009. Trânsito em julgado certificado em 11/11/2011. Com o retorno dos autos ao Juízo inspecionado (em 26/04/2012), fez-se a remessa ao exequente em 22/07/2015 e em 30/08/2019. Autos levados à conclusão em 24/01/2020, estando paralisados desde então – portanto, há mais de 2 anos. Promova-se, com urgência, impulso processual. Em 20/04/2022.
0004903-12.2013.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Fase de Cumprimento de Sentença, iniciada em 16/06/2015. Em que pese a prolação de sentença em 11/12/2018, observa-se que não houve o levantamento dos valores bloqueados, conforme petitório da parte exequente de 05/08/2019 e 25/10/2019 e da parte exequida de 21/01/2020. Autos conclusos desde 14/01/2020, estando paralisados desde então – portanto, há mais de 2 anos. Promova-se, com urgência, impulso oficial, bem como dê-se prioridade a presente demanda, dada a larga demora na solução do levantamento dos valores já judicialmente bloqueados. Em 20/04/2022.
14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO	
Processo	Movimentação
0000237-80.2004.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Fase de Cumprimento de Sentença, aforado em 20/10/2014. Após longa tramitação, foi exarado despacho em 26/06/2019, ordenando a expedição de ofício solicitando a devolução de carta precatória expedida em 23/06/2006. Ofício expedido em 29/07/2019, com remessa promovida em 13/09/2019. Autos levados à conclusão em 28/07/2020, com certificação de ausência de resposta por parte do Juízo deprecado em 30/07/2020, com feito paralisado desde então – portanto, há mais de 1 ano e 8 meses. Promova-se, com urgência, impulso oficial. Em 22/04/2022.



0000062-95.2018.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, ajuizada em 12/07/2018. De início, cumpre anotar que o presente feito, embora enquadrado em meta nacional, não conta com a tarja respectiva. Após regular tramitação, foi apresentado parecer ministerial em 23/02/2022, além da certificação automática da intimação eletrônica do município, com escoamento do decurso do prazo – porém, sem certificação nos autos. Autos levados à conclusão em 02/03/2022. Feito em ordem. Dê-se prioridade a presente demanda, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
0050246-84.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Inquérito Policial, distribuído em 29/10/2020. Após regular tramitação, foi oferecida denúncia em 07/07/2021. Passados mais de 270 dias de paralisação, fez-se conclusão em 07/04/2022. Feito em ordem. 22/04/2022.
0005045-16.2013.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 01/04/2019. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Após regular tramitação, foi declarada o encerramento da instrução em 08/09/2021. Em 28/09/2021, foi exarado despacho de inspeção interna - sem análise ou movimentação processual. Passados 175 dias, foi expedido ato ordinatório para cumprimento das determinações contidas no termo de audiência. Em 31/03/2022, foram juntados memoriais do órgão acusatório. Autos levados à conclusão em 12/04/2022. Feito em ordem. Registre-se, por fim, que não há registro de eventos do Histórico de Partes do SAJPG. Dê-se prioridade a presente lide, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
0005979-66.2016.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (2 réus), com denúncia recebida em 19/10/2016. Feito com tarjas correspondentes (metas do CNJ). Após lenta tramitação, foi proferida decisão (em 27/07/2021) suspendendo o processo e o curso da prescrição, embora apenas 1 dos réus tenha sido citado pela via editalícia. Na sequência, em 09/08/2021, foram opostos embargos de declaração pelo réu pessoalmente citado. Passados mais de 240 dias, o Juízo promoveu os expedientes de intimação do <i>decisum</i> , além de levar os autos à conclusão em 14/04/2022. Feito em ordem. Registre-se, por fim, que não há registro de eventos do Histórico de Partes do SAJPG. Dê-se prioridade a presente lide, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
14.4 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA	
Processo	Movimentação



0004230-53.2012.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Ordinária, ajuizada em 08/08/2012. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Após longa tramitação, foi exarado despacho (em 27/07/2020) ordenando a intimação das partes para fins de especificação da produção probatória, com petição juntado pela parte autora em 08/10/2020 e certificação, em 05/02/2021, do decurso do prazo da parte requerida. Autos levados à conclusão em 05/02/2021, com simples despacho de inspeção interna em 28/09/2021 - sem análise ou movimentação processual. Passados mais de 150 dias, fez-se nova conclusão nos autos em 02/03/2022. Resta evidenciada lentidão excessiva na tramitação processual; inclusive, com feito paralisado, de fato, desde 05/02/2021 – portanto, há mais de 1 ano. Promova-se, com urgência, impulso oficial, bem como dê-se prioridade a presente demanda, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
0004640-09.2015.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de usucapião, ajuizada em 21/10/2015. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Após regular tramitação, foi realizada audiência de instrução em 29/09/2021, com alegações finais da parte autora apresentados na sequência (em 19/10/2021). Passados mais de 100 dias, fez-se conclusão para sentença em 04/02/2022. Contudo, em 08/02/2022, foi exarado despacho convertendo o julgamento em diligência para abertura de vista ao Ministério Público, que apresentou parecer em 23/02/2022. Autos novamente conclusos em 02/03/2022. Feito em ordem. Dê-se prioridade a presente demanda, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
0013865-13.2021.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 16/12/2021. Feito conta com a tarja de réu preso. Após regular tramitação, foi realizada audiência de instrução e julgamento em 09/03/2022; na oportunidade, foi encerrada a instrução e colhidas as declarações finais orais, além disso, o Juízo proferiu decisão revogando a prisão preventiva. Na mesma data, foi expedido Alvará de soltura, com remessa imediata via e-mail para o estabelecimento prisional; sem, contudo, qualquer informação (até a presente data) acerca da data do seu cumprimento. Autos levados à conclusão em 22/03/2022. Promova-se diligência a fim de certificar a data de efetivo cumprimento do alvará de soltura expedido para fins assegurar efetividade às ordens judiciais, além do correto registro para fins de detração penal, na hipótese de condenação. Por fim, registre-se que o feito conta com desatualização do Histórico de Partes do SAJPG. Em 22/04/2022.
0050164-53.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança c/c Pedido Liminar, impetrado em 27/07/2020. Em 17/11/2020, foi proferida decisão denegando a liminar requestada. Após regular tramitação, foram apresentadas informações da parte impetrada (em 09/02/2021), com autos levados à conclusão na sequência (em 29/03/2021). Passados mais de 340 dias, foi exarado despacho ordenando a abertura de vista dos autos ao Ministério Público, que apresentou parecer em 31/03/2022. Autos novamente conclusos em 12/04/2022. Feito em ordem. Dê-se prioridade a presente demanda, por força da Lei do Mandado de Segurança. Em 22/04/2022.



0004913-56.2013.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Ordinária, ajuizada em 20/01/2016. Polo ativo ocupado pelo Sindicato dos Técnicos e Auxiliares em Radiologia do Estado do Ceará (SINTARC), ao passo que o polo passivo é ocupado pelo Município de Icapuí. De início, cumpre anotar que o presente feito, embora enquadrado em meta nacional, não conta com a tarja respectiva. Após regular tramitação, foi anunciado o julgamento antecipado da lide em 30/01/2018, com autos levados à conclusão para sentença em 10/05/2018. Embora o feito não trate de matéria de menor complexidade e, sobretudo, não haja opção pela parte autora da tramitação sob o rito dos juizados especiais, em 15/01/2022 fez-se sua migração para o sistema PJe. Com nova conclusão para julgamento em 18/01/2022. Feito paralisado, de fato, desde 10/05/2018 – portanto, há mais de 3 anos e 11 meses. Promova-se, com urgência, impulso oficial, inclusive com adoção das providências necessárias para fins de regularização do sistema processual adequado para tramitação do presente feito. Dê-se prioridade a presente demanda por estar inserta em meta nacional. Em 26/04/2022.
14.5 CARTAS PRECATÓRIAS	
Processo	Movimentação
0000151-21.2018.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Carta Precatória, distribuída em 15/08/2018. Processo aguardando resposta ao Ofício nº 115, de 25 de janeiro de 2019. Em 31/03/2021, foi expedido ato ordinatório determinando a reiteração do ofício. Passados mais de 330 dias, fez-se nova conclusão aos autos (em 03/03/2022), com despacho exarado na mesma data ordenando a expedição de mandado de intimação, com certificação de devolução em 21/03/2022. Feito na fila “Ag. Encerramento do Ato” e “Ag. Análise da Secretaria”. Feito em ordem. Dada a longuíssima tramitação, dê-se prioridade a presente <i>missiva</i> . Em 22/04/2022.
0050329-66.2021.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Carta Precatória, distribuída em 27/09/2021. Despacho inicial exarado em 07/10/2021. Certificação de devolução do mandado em 23/11/2021, com autos paralisados desde então – portanto, há mais de 150 dias. Promova-se, com urgência, impulso oficial. Em 22/04/2022.
0010022-36.2022.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Carta Precatória, distribuída em 02/03/2022. Com ato ordinatório expedido na mesma data (em 02/03/2022), para cumprimento da <i>missiva</i> . Certificação de devolução do mandado em 16/03/2022 e, nessa mesma data, fez-se a devolução ao Juízo Deprecante. Feito em ordem. Em 22/04/2022.
14.6 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO	
Processo	Movimentação
0050088-29.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Ordinária (sob o rito dos Juizados Especiais), ajuizada em 17/03/2020. Feito conta com a tarja correspondente ao Estatuto do Idoso. Após regular tramitação, foi prolatada sentença terminativa em 29/11/2021. Na sequência, em 15/01/2022, fez-se a migração dos presentes autos para o PJe. Apesar disso, em 28/02/2022, foi promovido expediente de intimação dentro do sistema SAJPG, movimentação na computada no SEI, em virtude da já citada migração. Assim, tem-se a paralisação processual há 98 dias. Promova-se, dentro do sistema PJe , impulso processual. Em 22/04/2022.



0005550-94.2019.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Ordinária c/c Pedido de Tutela de Urgência, ajuizada em 31/07/2019. Feito conta com a tarja correspondente ao Estatuto do Idoso. Em 11/05/2020, foi proferida decisão indeferindo a tutela de urgência requestada. Mais recentemente (em 16/12/2021), foi exarado despacho ordenando a intimação da parte requerida, com decurso do prazo certificado em 01/03/2022. Autos levados à conclusão em 15/03/2022. Feito em ordem. Dê-se prioridade a presente demanda, por força do Estatuto do Idoso e do CPC. Em 22/04/2022.
14.7 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0004806-41.2015.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 25/10/2017. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Após regular tramitação, foi ratificado o recebimento da denúncia em 22/10/2018, com determinação para designação de audiência de instrução e julgamento. Mais recentemente (em 28/09/2021), foi exarado despacho de inspeção interna - sem análise ou movimentação processual. Passados mais de 170 dias, foi exarado ato ordinatório (em 22/03/2022) determinando a designação de audiência, promovida por certidão expedida em 05/04/2022, com redesignação (também por certidão) em 13/04/2022. Autos com audiência assinalada para 19/10/2022, às 14h. Feito em ordem. Por fim, registre-se que o feito conta com desatualização do Histórico de Partes do SAJPG. Em 22/04/2022.
0006764-91.2017.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade, ajuizada em 19/12/2017. De início, cumpre anotar que o presente feito, embora enquadrado em meta nacional, não conta com a tarja respectiva. Após lenta tramitação, foi exarado despacho (em 17/09/2020) ordenando diligências com vistas a realização de exame pericial de DNA. Na sequência (em 10/07/2021), exarou-se novo despacho ordenando o cumprimento do anterior. Passados mais de 250 dias, foi remetida simples e-mail (sem ofício ou mesmo a identificação do servidor responsável pela mensagem eletrônica) para o laboratório indicado no despacho. Por fim, em 29/03/2022, foi expedido ato ordinatório para fins de intimação da parte autora. Feito em ordem. Dê-se prioridade a presente demanda, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
14.8 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ	
Processo	Movimentação



0003330-41.2010.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 26/10/2010. Após lenta tramitação, foi ratificado o recebimento da denúncia em 23/06/2017, com determinação de designação de audiência de instrução e julgamento. Após diversas remarcações, foi realizada audiência em 13/04/2022 (às 11h), prejudicada em função da ausência justificada do representante do Ministério Público; na oportunidade, o juízo concedeu prazo para a defesa e, ainda, determinou a redesignação posterior do ato pela Secretaria. Em 20/04/2022, a defesa apresentou petição aos autos. Feito nas filas “Ag. Análise – Juntada de Petição. Resta evidenciada lentidão excessiva na tramitação processual, inclusive, com grande proximidade de atingimento da prescrição da pretensão punitiva (em 25/10/2022). Designe-se o ato audiencial ordenado. Dê-se prioridade a presente lide, por estar inserta em meta nacional e, notadamente, dada a proximidade da prescrição penal. Em 22/04/2022.
0003936-64.2013.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa, ajuizada em 04/02/2013. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Em 31/01/2022, foi exarado despacho ordenando a intimação da parte requerida, que apresentou suas alegações finais em 16/03/2022. Autos levados à conclusão em 16/03/2022. Feito em ordem. Dê-se prioridade a presente demanda, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
14.9 PROCESSOS INSERIDOS NA META 8 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0006027-88.2017.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 23/06/2017. De início, cumpre anotar que o presente feito, embora enquadrado em meta nacional, não conta com a tarja respectiva. Ratificação do recebimento da denúncia em 23/01/2018, com determinação de designação de audiência de instrução e julgamento. Mais recentemente (em 17/11/2021), foi certificado a impossibilidade de realização da audiência marcada. Passados mais de 140 dias, foi expedido ato ordinatório (em 08/04/2022) determinando a redesignação da audiência, providência ainda não cumprida. Registre-se, por fim, que não há registro de eventos do Histórico de Partes do SAJPG. Promova-se a designação da audiência de instrução. Dê-se prioridade a presente lide, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.



0004611-90.2014.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 12/11/2014. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Feito aguarda a realização de perícia ordenanda em sede de audiência (em 17/08/2017). Após lenta tramitação, foi exarado despacho (em 25/01/2022) ordenando diligências para devolução dos mandados expedidos, com certificação de 1 deles em 11/04/2022. Autos na fila “Ag. Encerramento do Ato”. Resta evidenciada lentidão excessiva na tramitação processual, inclusive, com grande proximidade de atingimento da prescrição da pretensão punitiva (em 11/11/2022). Registre-se, por fim, que não há registro de eventos do Histórico de Partes do SAJPG. Promova-se impulso oficial. Dê-se prioridade a presente lide, por estar inserta em meta nacional e, notadamente, dada a proximidade da prescrição penal. Em 22/04/2022.
14.10 PROCESSOS INSERIDOS NA META 12 DO CNJ	
Processo	Movimentação
0004610-76.2012.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 19/09/2013. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Após lenta tramitação, foi ratificado o recebimento da denúncia em 23/06/2017, com determinação de designação de audiência de instrução e julgamento. Após inúmeras remarcações, foi expedido ato ordinatório, em 26/10/2021, marcando o ato audiential para 10/08/2022 (às 9h). Por fim, foi expedida certidão em 08/04/2022, dando conta do encaminhamento do feito para fins de análise de retificação/ratificação da audiência. Feito em ordem. Dê-se prioridade a presente lide, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
0000442-21.2018.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de procedimento criminal (2 investigados – sob o rito dos Juizados Especiais), distribuído em 11/12/2018. Após a remarcação – em 2 ocasiões – da audiência preliminar, foi assinalado o ato para 04/05/2022 (às 9h). Autos migrados para o PJe em 15/01/2022. Até a presente data, inexistem expedientes de comunicação para realização do ato audiential. Promova-se, com urgência e dentro do sistema PJe, a confecção dos expedientes necessários para realização da audiência preliminar agendada. Dê-se prioridade a presente lide, por estar inserta em meta nacional. Em 22/04/2022.
14.11 MANDADOS DE SEGURANÇA	
Processo	Movimentação
0050190-17.2021.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança c/c Pedido Liminar, impetrado em 02/06/2021. Despacho exarado na forma de decisão, postergando a análise da liminar para depois da formação do contraditório. Expedientes de comunicação confeccionados apenas em 27/10/2021. Em 04/11/2021, foram apresentadas informações da parte impetrada e, na sequência (em 16/11/2021), parecer ministerial. Passados mais de 120 dias, os autos foram levados à conclusão (em 20/03/2022) com sentença terminativa prolatada em 31/03/2022. Autos aguardando decurso do prazo recursal. Feito em ordem. Em 25/04/2022.



0200085-18.2022.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança c/c Pedido Liminar, impetrado em 04/04/2022. Autos levados automaticamente à conclusão na data da distribuição, com decisão celeremente proferida em 06/04/2022, denegando a liminar requestada. Expedientes de comunicação confeccionados em 12/04/2022. Autos aguardado decurso do prazo. Feito em ordem. Em 25/04/2022.
14.12 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Processo	Movimentação
0013166-88.2019.8.06.0035	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Adoção c/c Pedido de Antecipação da Tutela, ajuizada em 01/07/2019. Com declínio da competência em favor do juízo inspecionado, em função da decisão proferida em 15/08/2019. Após lenta tramitação, foi expedido mando de citação em 27/07/2021, com mandado devolvido em 10/12/2021. Em seguida (07/01/2022), foi exarado despacho ordenando a nomeação de perito. Após (em 11/04/2022), foi expedida certificação nos autos aceca da <i>expert</i> nomeada. Embora decorrido o prazo para contestação, inexistente certidão de decurso do prazo. Registre-se, por fim, que o presente feito não conta com cadastro no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimentos (SNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). À conclusão para impulso oficial e providências necessárias para fins de cadastramento junto ao SNA/CNJ. Dê-se prioridade a presente demanda, por força do ECA. Em 22/04/2022.
0005836-43.2017.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Medida de Proteção de Institucionalização (4 adolescentes e 3 crianças), protocolizada em 07/07/2016. Após regular tramitação, foi apresentado parecer ministerial em 01/02/2022. Autos levados à conclusão em 02/03/2022, com decisão proferida em 07/04/2022. Na mesma data, foram expedidas guias de desacolhimento. Mandado de intimação expedido em 22/04/2022, além dos demais atos de comunicação eletrônica. Observa-se, por fim, que os infantes do presente feito encontram com alerta “para solução imediata” no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimentos (SNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Feito em ordem. Adotem-se as providências necessárias para fins de solução junto ao SNA/CNJ. Dê-se prioridade a presente demanda, por força do ECA. Em 25/04/2022.
14.13 PROCESSOS DE RELACIONADOS AO DIREITO DE FAMÍLIA	
Processo	Movimentação
0000369-49.2018.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos, ajuizada em 23/10/2018. Despacho inicial exarado em 06/11/2018. Após regular tramitação, foi prolatada sentença terminativa em 09/08/2021, com expedição de certidão de trânsito em julgado e de baixa em 17/09/2021. Feito na situação “julgado transitado”, ainda listado entre os pendentes de baixa. Promova-se o lançamento da “baixa definitiva”. Em 25/04/2022.



0005973-59.2016.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Execução de Alimentos, ajuizada em 06/04/2016. Em 18/04/2016, foi exarado despacho inicial para a emenda da exordial. Através do despacho exarado em 18/11/2016, foi ordenada a expedição de ofício ao Juízo da Comarca de Nísia Floresta/RN, com reiterações determinadas em 19/02/2018, em 13/02/2019, em 13/04/2020. Em 22/10/2020, foi juntado documento oriundo do Juízo oficiado. Na sequência, foi exarado despacho (em 23/02/2021) para expedição de novo ofício e contato direto ao Juízo supracitado, com expedição promovida em 17/05/2021 – porém, sem comprovante de remessa. Passados mais de 240 dias, foi exarado novo despacho (em 25/01/2022) determinando a cobrança do ofício, cujo comprovante de envio não consta nos autos. Por fim, passados 91 dias, inexistiu qualquer providência nos autos. Resta evidenciada lentidão excessiva na tramitação processual. Promova-se impulso oficial. Em 25/04/2022.
14.14 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS	
Processo	Movimentação
0011443-02.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 17/12/2020. Após regular tramitação, foi prolatada sentença condenatória em 07/02/2022. Alvará de soltura expedido e remetido na mesma data para o estabelecimento prisional, com informação de efetivo cumprimento em 08/02/2022. Juntada petição da defesa em 13/02/2022. Feito pendente de expedição do competente mandado de intimação do réu, bem como dos ofícios para fins de encaminhamento dos bens apreendidos. Por fim, registre-se que o feito conta com desatualização do Histórico de Partes do SAJPG – inclusive, com tarja de réu preso, embora o condenado tenha sido beneficiado com alvará de soltura. Promova-se impulso oficial. Em 25/04/2022.
0010040-57.2022.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Pedido de Relaxamento de Prisão, aforado em 04/04/2022. Em 13/04/2022, foi expedido ato ordinatório para abertura de vistas dos autos ao Ministério Público, que apresentou parecer em 18/04/2022. Feito não levado à conclusão – estando na fila “Ag. Análise – Incidente Processual”. À conclusão. Dê-se prioridade a presente demanda, por tratar de réu preso. Em 25/04/2022.
14.15 EXECUÇÃO PENAL	
Processo	Movimentação
8000025-40.2020.8.21.0057	Vistos em inspeção. Trata-se de Execução Penal (regime aberto). Mais recentemente (em 26/11/2021), foi apresentado parecer ministerial. Com autos levados à conclusão em 07/12/2021 e, em 19/04/2022, foi proferida decisão, ordenando a prisão do apenado. Feito em ordem. Em 25/04/2022.
0010062-86.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Execução Penal (regime aberto) ainda não iniciada. Mais recentemente (em 01/03/2022) foi apresentado parecer ministerial. Na sequência (em 19/04/2022), os autos foram levados à conclusão. Feito em ordem. Em 25/04/2022.
14.16 ALVARÁ JUDICIAL	
Processo	Movimentação



0050082-22.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Pedido de Alvará Judicial, aforado em 10/03/2020. Em 17/03/2020, foi exarado despacho inicial na forma de decisão. Mais recentemente (em 17/02/2022), foi juntado aos autos a certidão do oficial de justiça acerca do ofício expedido, bem como emitida certidão de decurso de prazo. Autos levados à conclusão em 23/02/2022. Feito em ordem. Em 25/04/2022.
0005857-19.2017.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Pedido de Alvará Judicial, aforado em 08/02/2017. Mais recentemente (em 08/02/2022), foi prolatada sentença terminativa nos autos. Providenciado os expedientes de comunicação com relação a apenas 2 dos 4 integrantes do polo ativo, ausente também a intimação do causídico. Mandados devolvidos em 29/03/2022. Promovam-se os expedientes de comunicação faltantes. Em 25/04/2022.
14.17 REGISTRO PÚBLICO	
Processo	Movimentação
0000759-82.2019.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Registro de Óbito Tardio, ajuizada em 16/04/2019. Após regular tramitação, foi prolatada sentença de procedência em 27/03/2020, com trânsito em julgado certificado em 13/10/2020. Autos paralisados desde então – portanto, há mais de 550 dias. Promova-se, com urgência, impulso oficial. Em 25/04/2022.
0011914-19.2018.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Retificação de Registro Civil, ajuizada em 05/06/2018. De início, cumpre anotar que o presente feito, embora enquadrado em meta nacional, não conta com a tarja respectiva. Após regular tramitação, foi exarado despacho (em 05/12/2018) ordenando a designação de audiência, ainda não realizada – em função de 2 não realizações/cancelamentos. Já em 01/10/2021, foi expedido ato ordinatório apazando data para audiência (em 28/09/2022, às 8h); contudo, verifica-se que o mesmo apresenta forma de despacho – em total desacordo, portanto, a disciplina constante no art. 129, §1º, do Código de Normas Judiciais. Por fim, foi expedida certidão em 03/04/2022. Dada a longa demora na realização do ato judicial, verifique-se a possibilidade de antecipação da audiência designada. Dê-se prioridade a presente demanda, por estar inserta em meta nacional. Em 25/04/2022.
14.18 CURATELA	
Processo	Movimentação
0005900-87.2016.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Interdição c/c Pedido de Curatela, ajuizada em 16/06/2016. Feito conta com a tarja correspondente (metas do CNJ). Em sede de audiência – realizada em 23/08/2016 – foi ordenada a realização de perícia. Após regular tramitação, foi protocolizado pedido de tutela de urgência dos efeitos da tutela em 07/07/2018. Com a apresentação de parecer ministerial (em 01/08/2018), foi proferida decisão em 22/08/2018, deferindo a antecipação da tutela. Mais recentemente (em 07/01/2022), foi exarado despacho determinando providências para nomeação de <i>expert</i> , com certidão de nomeação emitida em 24/03/2022. Passados mais de 5 anos, ainda não foi realizada a perícia determinada. Resto evidenciado, portanto, a lentidão excessiva na tramitação processual. Promova-se a cobrança do laudo pericial. Dê-se prioridade a presente demanda por estar inserta em meta nacional. Em 25/04/2022.



0050277-70.2021.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação de Interdição c/c Pedido de Antecipação de Tutela, ajuizada em 13/08/2021. Despacho inicial exarado em 16/08/2021 sob a forma de decisão. Após a apresentação de parecer ministerial (em 03/11/2021), foi proferida decisão deferindo a tutela antecipada requestada, ordenando a designação de audiência e a nomeação de peritos. Em 11/01/2022, foi expedido termo de curatela provisória e, em 25/04/2022, nomeadas peritos. Feito pendente de designação de audiência. Promova-se a designação do ato audiencial. Em 25/04/2022.
14.19 PROCESSOS DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI	
Processo	Movimentação
0050055-39.2020.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu - preso), com recebimento da denúncia em 30/03/2020. Após regular tramitação, foi prolatada (em 27/04/2021) sentença de pronúncia. Decisão de reexame da legalidade e atualidade da prisão preventiva preventiva proferidas em 29/08/2021 e 29/11/2021. Petição defensiva acostado aos autos em 19/12/2021. Passados mais de 100 dias, fez-se conclusão em 10/04/2022. Expedido ato ordinatório em 19/04/2022, apazando sessão do Júri para 11/05/2022 (às 9h), com inúmeros expedientes de comunicação confeccionados. Registre-se, por fim, que não há registro de eventos do Histórico de Partes do SAJPG. Superado novo prazo nonagesimal da prisão preventiva, promova-se, com urgência, impulso oficial e reavalie-se, ex officio, a legalidade e atualidade dos fundamentos da preventiva. Dê-se prioridade a presente lide, por contar com réu preso. Em 26/04/2022.
0004669-64.2012.8.06.0089	Vistos em inspeção. Trata-se de Ação Penal (1 réu), com denúncia recebida em 16/07/2014. Verifica-se que o feito não conta com a correta indexação documental. Após lenta tramitação, foi prolatada sentença de pronúncia em 14/03/2018. Após nova tramitação, foi apresentado parecer ministerial em 03/04/2020 e, em 27/07/2021, foi exarado despacho ordenando a intimação pessoal do réu, estando o feito paralisado desde então – portanto, há mais de 270 dias. Promova-se, com urgência, impulso oficial. Em 26/04/2022.

15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO		
Processo	Última movimentação	Movimentação
0000787-50.2019.8.06.0089	16/11/2021	Recebimento
0004322-26.2015.8.06.0089	14/11/2022	Regressão de regime
0004578-66.2015.8.06.0089	14/01/2022	Despacho exarado
0005756-16.2016.8.06.0089	14/01/2022	Despacho exarado
0003851-44.2014.8.06.0089	14/01/2022	Despacho exarado
0004434-63.2013.8.06.0089	15/01/2022	Migração dos autos para o PJe
0004296-28.2015.8.06.0089	15/01/2022	Migração dos autos para o PJe
0006057-26.2017.8.06.0089	15/01/2022	Migração dos autos para o PJe
0011639-70.2018.8.06.0089	15/01/2022	Migração dos autos para o PJe
0011653-54.2018.8.06.0089	15/01/2022	Migração dos autos para o PJe

16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS	
16.1 Taxa de Congestionamento (Meta 2022: 68,4%)	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE (Abril/2020)	80,74%
2020	78,46%



2021	79,94%
2022	82,59%
16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta 2022: 138%)	
2020	148,04%
2021	104,99%
2022	49,64%
16.3 Julgados/Casos Novos (Meta 2022 > 100%)	
2020	150,28%
2021	102,60%
2022	145,32%
16.4 Meta 1 (Meta 2022 > 100%)	
Percentual de atingimento em março de 2022	192,16%
Total de processos novos em ____/____/____ (conforme listas anexas)	Aguardando disponibilização do novo Painel de Metas do CNJ (SEI)
Total de processos julgados até ____/____/____ (conforme listas anexas)	
16.5 Meta 2 (Meta 2022: 80%)	
Percentual de atingimento em fevereiro de 2022	81,66%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 30/03/2022 (conforme listas anexas)	449
16.6 Meta 4 (Meta 2022: 60%)	
Percentual de atingimento em fevereiro de 2022	72,38%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 30/03/2022 (conforme listas anexas)	41
16.7 Meta 8 (Meta 2022: 50% de Feminicídio; e 50% de Violência Doméstica)	
Percentual de atingimento em fevereiro de 2022 (Feminicídio)	0,00%
Percentual de atingimento em fevereiro de 2022 (Violência Doméstica)	90,91%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 30/03/2022 (conforme listas anexas)	23
16.8 Meta 12 (Meta 2022: 25%)	
Percentual de atingimento em fevereiro de 2022	57,14%
Total de processos inseridos na meta e pendentes de julgamento em 30/03/2022 (conforme listas anexas)	5
16.9 Conciliação	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2021	93
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2022, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	0

17 DA VIDEOCONFERÊNCIA

Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	(X) Sim () Não
Possui sala específica para a videoconferência?	() Sim (X) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	(X) Sim () Não
Já realizou audiência por videoconferência:	(X) Sim () Não

18 NORMATIVOS IMPORTANTES

Normativo	Conteúdo
Código de Normas Judiciais Provimento nº	Consolidação de Normas e Procedimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará que reúne todos os



02/2021/CGJCE	normativos expedidos e vigentes, direcionados aos serviços judiciários de primeira instância do Estado do Ceará e às Turmas Recursais
Portaria Conjunta nº 428/2020/PRES/CGJCE	Disciplina o processamento, fiscalização e recuperação das despesas processuais.
Portaria Conjunta nº 1656/2020/PRES/CGJCE	Dispõe sobre a utilização do Sistema de Informações Policiais - SIP3W
Portaria nº 60/2019/CGJCE	Estabelece a relação de matrizes de decisões judiciais validadas pela Comissão de Padronização de Matrizes, com base nas Tabelas Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.
Portaria nº 783/2020/TJCE	Regulamenta o atendimento por videoconferência a advogados, procuradores, membros do ministério público e da defensoria pública, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 10/2021/CGJCE	Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, instituído pela Resolução nº 289/2019/CNJ, nas Comarcas e Varas com jurisdição em matéria de Direito da Infância e da Juventude no Estado do Ceará
Provimento nº 17/2021/CGJCE	Dispõe sobre a necessidade de observância ao cumprimento das regras atinentes à audiência/entrevista reservada entre os réus e seus defensores nas audiências por videoconferência.

19 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES/MANIFESTAÇÕES

Embora oportunizada a manifestação, nada foi apresentado pela unidade judiciária inspecionada.

20 RECOMENDAÇÕES

20.1	Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2022, com destaque para as Metas 1, 2, 4 e 12, com a definição de calendário de julgamento dos processos identificados nessas metas nacionais – valendo-se do Painel “Acompanhamento de Metas” do Sistema SEI;
20.2	Inserir a tarja correspondente aos feitos prioritários, aos enquadrados nas metas nacionais e com prazo prescricional menor com o escopo de facilitar a identificação desses processos, bem assim possibilitar o impulsionamento e julgamento mais célere destes feitos, além de evitar a prescrição da pretensão punitiva;
20.3	Providenciar que os feitos prioritários e enquadrados nas metas nacionais recebam a devida atenção, dando-lhes, inclusive, atenção preferencial ante as demais demandas judiciais;
20.4	Adotar as recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
20.5	Imprimir celeridade na tramitação das Cartas Precatórias;
20.6	Aperfeiçoar a rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados por tempo demasiado no juízo deprecado;
20.7	Aperfeiçoar a rotina de cobrança de mandados sem devolução há bastante tempo;
20.8	Promover o acompanhamento dos mandados devolvidos para fins de controle de prazo e célere impulsionamento processual;
20.9	Instituir rotina de acompanhamento dos prazos prescricionais, envidando esforços para que audiências não sejam canceladas/não



	realizadas/redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados por tempo demasiado, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;
20.10	Impulsionar, com máxima celeridade, os processos de réus presos, bem como instituir um controle efetivo do prazo nonagesimal para reexame da prisão preventiva – apreciando, <i>ex officio</i> , o excesso de prazo na formação da culpa;
20.11	Orientar e fiscalizar a atividade dos servidores com relação a correta alocação dos processos nas filas do sistema processual, com o objetivo de se reduzir trocas supervenientes de filas em decorrência de eventual equívoco, evitando-se o elastecimento do “tempo morto” e se reduzindo as inconsistências na estatística da unidade judiciária;
20.12	Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional;
20.13	Aperfeiçoar a gestão da pauta de audiência buscando ampliar a quantidade de audiências realizadas diária e semanalmente, com vistas a imprimir maior celeridade na instrução probatória e reduzir, com relação aos feitos criminais, os casos alcançados pela prescrição penal;
20.14	Orientar e fiscalizar a Supervisora acerca do dever de examinar os processos, no mínimo 15 dias antes da audiência, com o escopo de assegurar a adoção de todas as providências para efetiva realização do ato audiencial (Código de Normas Judiciais, art. 153);
20.15	Definir calendário de produtividade ou realizar mutirão com o objetivo de: (i) despachar, decidir e sentenciar todos os processos atualmente conclusos, que somavam 377 autos; e (ii) sanear a fila “Ag. Análise da Secretaria” (497 processos);
20.16	Promover uma maior (e mais correta) utilização dos atos ordinatórios, sob a supervisão do Magistrado, com o objetivo de dar maior celeridade ao trâmite processual e, sobretudo, reduzir a grande quantidade de feitos aguardando despacho de mero expediente nas filas de conclusão, com a estrita observância do Código de Normas Judiciais;
20.17	Aperfeiçoar a rotina de trabalho com o objetivo de fazer constar nas decisões e despachos, de logo, as datas das audiências, quando ordenada a designação. A relevância dessa providência tem por substrato a redução de fluxos contraproducentes e, notadamente, a diminuição do “tempo morto” do processo, que fica estagnado até simples designação posterior pela Secretaria;
20.18	Observar, na elaboração dos provimentos, as matrizes de decisões judiciais para que guarde correspondência com as definições validadas pela Comissão de Padronização de Matrizes, com base nas Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça;
20.19	Movimentar todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, especialmente daqueles elencados no tópico 15 (“Processos há mais tempo sem movimentação”) com o escopo de assegurar a movimentação célere;
20.20	Promover as medidas necessárias a fim de sanear o sistema SEI, com o intuito de que passe a refletir a real situação da unidade;
20.21	Providenciar a redução da Taxa de Congestionamento para que fique abaixo de 80%, especialmente promovendo a baixa dos processos listados em “julgado”, uma vez que existem 482 processos nesta situação, conforme <i>card</i> Gestão de Acervo do sistema SEI;
20.22	Providenciar o julgamento dos 61 processos que estão conclusos para



sentença, conforme dados obtidos do *card* Gestão de Acervo do Sistema SEI;



20.23	Proceder a identificação e imediato impulso dos processos inseridos na Meta ENASP (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas), de modo a garantir que recebam tramitação prioritária;
20.24	Diligenciar com vistas a proceder a atualização do Histórico de Partes do SAJPG de todos os processos criminais, com o fim de verificar a existência de feitos com réus presos sem identificação ou mesmo da consumação da prescrição;
20.25	À medida que forem decididos os incidentes nos processos criminais (flagrante, pedido e revogação de preventiva e temporária, restituição de bens apreendidos, liberdade provisória e incidentes de sanidade), que as decisões sejam transladadas para processo principal, a fim de facilitar o manuseio dos autos;
20.26	Expedir o atestado de pena a cumprir anualmente em todos os feitos, o que deve ocorrer até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, com sua respectiva entrega ao apenado, conforme determina o art. 12, III, da Resolução nº 113 do CNJ;
20.27	Promover a extração dos laudos periciais do sistema SIP3W para imprimir celeridade aos feitos, evitando-se requisições à PEFOCE;
20.28	Proceder o agendamento de data para realização de todas as audiências pendentes de (re)designação, observando – em atenção às medidas sanitárias decorrentes da pandemia – as diretrizes fixadas pela Presidência do Tribunal de Justiça;
20.29	Proceder o agendamento de data para realização das sessões do Tribunal do Júri nos processos que se encontram prontos para este fim;
20.30	Promover a regular e correta alimentação do Sistema Nacional de Adoção (SNA), nos casos de competência cível da infância e juventude em que se exige preenchimento no aludido sistema;
20.31	Instituir efetivo controle de pedidos liminares e de tutela de urgência com análise postergada para depois da formação do contraditório, de modo a assegurar, o mais brevemente possível, a análise e pronunciamento judicial;
20.32	Proceder a devida identificação das demandas quanto ao “Assunto”, tendo em vista que o índice de processos com assunto cadastrado está em 95,97%;
20.33	Atentar para a necessária expedição de mandado de intimação pessoal do(s) réu(s) nos processos de âmbito penal em que haja prolação de sentença condenatória/pronúncia; e
20.34	Promover o correto impulsionamento processual no Sistema PJe (e não no SAJPG) nos feitos de competência do Juizado Especial – processos já migrados.

21 CONCLUSÃO

Inspecionando a Vara Única da Comarca agregada de Icapuí, em geral, que os feitos em tramitação têm andamento processual regular.

Em atenção ao Comunicado Interno nº 05/2021/GABCGJCE, de 05 de abril de 2021, cumpre consignar que o sistema do Banco de Informações Gerenciais (BIG) registra os seguintes índices relativos à digitalização do acervo da Vara Única da Comarca agregada de Icapuí:



	Físico		Digital	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Processos	0	0%	2.507	100%
Inquéritos	0	0%	178	100%

Com base nos princípios da eficiência e celeridade processual (Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, art. 3º, incisos V e VII), promoveu-se a presente inspeção de forma remota, o que não ocasionou prejuízo tendo em consideração que a unidade conta com todo seu acervo digitalizado. Com efeito, o exame inspecional focou nos dados estatísticos e em parte dos feitos, que foram suficientes para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

De início, convém registrar que a Comarca de Icapuí passou a condição de agregada à Comarca de Aracati, nos termos da Resolução nº 05, de 05 de dezembro de 2019, do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (DJe: 17/12/2019). Todavia, tal agregação – cujo maior efeito é a unificação dos acervos processuais – ainda não se efetivou, permanecendo apenas formalmente agregada.

Ademais, em que pese o Juízo não tenha apresentado manifestação prévia acerca da presente atividade inspecional, tenho por relevante transportar para este relatório a exposição (constate na manifestação relativa ao REP nº 0000367-82.2022.2.00.0000) acerca das dificuldades estruturais enfrentadas na unidade judiciária, *in verbis*:

Cabe, ainda, apresentar situação precária do Fórum da Comarca da Icapuí, especialmente em relação a sua estrutura, o que dificulta o trabalho dos servidores, impactando diretamente na atuação destes quanto às providências essenciais para garantir o regular andamento dos processos.

Como forma de exemplificar, tem-se situação que aconteceu no final do mês de março de 2022, quando, em decorrência das chuvas na região, o Fórum da Comarca de Icapuí ficou completamente alagado, prejudicando diversos equipamentos, conforme imagens que seguem em anexo. Em razão desta falha estrutural, o Fórum ficou, aproximadamente 2 (duas) semanas, sem internet e sem computadores funcionando.

A propósito, pertine trazer à colação também as imagens anexadas (com as respectivas legendas) no sobredito pronunciamento:



Sala de audiência alagada.



Teto com inúmeras infiltrações.



Ar-condicionado do gabinete (em péssimo estado de funcionamento).



Com relação ao processo com representação perante esta Casa Correcional, verificou-se que o Juízo atuou diligentemente com vistas a promover a normalização do andamento processual e, notadamente, em solucionar a lide.

Passo a expor a situação verificada em alguns dos principais subfluxos de trabalho do **Sistema de Automação da Justiça de 1º Grau (SAJPG)**, durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

A fila **Concluso | Ato - Inicial** somava 14 processos/procedimentos – todos com recém-entrada neste subfluxo de trabalho (menos de 10 dias).

Já a fila **Concluso – Emenda à Inicial** contava com 02 processos, ambos com recente ingresso neste subfluxo de trabalho.

Enquanto que na fila **Conclusos para Despacho** constatou-se a existência de 261 processos/procedimentos. Destes, 68 feitos (portanto, 26,05% dos autos da fila) aguardam provimento judicial há mais de 100 dias – vários deles prioritários (metas do CNJ, idoso, etc). A propósito, vale mencionar: Proc. 0004432-93.2013.8.06.0089 (metas do CNJ), desde 08/10/2021. Ainda, chamou bastante atenção a existência de processos com entrada nessa fila há mais de 2 anos, a saber: (i) Proc. 0000566-34.2000.8.06.0089, desde 24/01/2020; e (ii) Proc. 0004903-12.2013.8.06.0089, desde 21/01/2020.



A fila **Concluso para Decisão Interlocutória** contava com apenas 10 processos/procedimentos. A maioria deles recém-ingressados neste subfluxo, com exceção do Proc. 0000237-80.2004.8.06.0089 (desde 28/07/2020), que aguarda provimento judicial há mais de 100 dias (portanto, 10% dos autos da fila).

Na fila **Concluso Denúncia** viu-se 04 processos/procedimentos – todos eles com locação recente nesta fila de trabalho.

Identificou-se 20 processos/procedimentos em **Concluso para Decisão**, todos com menos de 30 dias de entrada nesse subfluxo de trabalho.

Já na fila **Concluso para Sentença** observou-se 39 feitos, nenhum deles, porém, com mais de 100 dias; entre os mais antigos, veja-se: (i) Proc. 0004230-53.2012.8.06.0089 (metas do CNJ), desde 02/03/2022; e (ii) Proc. 0004640-09.2015.8.06.0089 (metas do CNJ), desde 02/03/2022.

Ainda, com relação aos demais subfluxos, verificou-se: (a) em **Concluso – Recursos**, 5 processos com entrada recente; (b) em **Concluso – Extinção | Desistência**, 1 processo – com menos de 10 dias; (c) em **Concluso – Extinção | Arquivamento**, 1 processo – com entrada recentíssima; (d) em **Concluso – Cumprimento de Sentença**, 5 processos – todos com menos de 60 dias na fila, o mais antigo, cita-se, o Proc. 000440-71.2006.8.06.0089 (desde 02/03/2022); (e) em **Concluso – Pronúncia/Impronúncia**, 1 processo – com menos de 10 dias; (f) em **Concluso – Resposta à Acusação/Defesa Preliminar**, 8 processos – todos com menos de 60 dias na fila, o mais antigo, cita-se, o Proc. 0050052-50.2021.8.06.0089 (desde 16/03/2022); e (g) em **SISBAJUD – Concluso Decisão**, 5 processos – todos com menos de 60 dias na fila, o mais antigo, cita-se, o Proc. 0004026-38.2014.8.06.0089 (desde 15/03/2022)

Por último, cumpre anotar que na fila **Ag. Análise do Gabinete** apresentava 19 processos/procedimentos – todos eles com entrada nesta fila há mais de 100 dias, menciona-se, dentre os mais antigos, o Proc. 0050319-22.2021.8.06.0089 (desde 22/10/2021). Já a fila **Ag. Análise da Secretaria** somavam-se 497 processos/procedimentos, dos quais 26 processos/procedimentos (5,23% dos autos desta fila) com entrada há mais de 100 dias.



Já no **sistema PJe** observou-se o seguinte cenário:

Na tarefa **[Gab] – Ato Judicial – ASSINAR DECISÃO** viu-se 1 processo, com entrada há menos de 30 dias (Proc. 0000682-25.2009.8.06.0089, desde 08/04/2022).

Já na tarefa **[Gab] – Ato Judicial – MINUTAR DECISÃO** viu-se 04 processos, distribuídos da seguinte forma: (a) entre 0 e 29 dias – 1 processo (25% dos autos da fila); (b) entre 30 e 59 dias – 1 processo (25% dos autos da fila); e (c) entre 60 e 99 dias – 2 processos (50% dos autos da fila). Como se vê, nenhum deles com mais de 100 dias de estagnação. Menciona-se, à guisa de demonstração, o seguinte feito: Proc. 0004905-79.2013.8.06.0089, desde 18/01/2022.

Quanto a tarefa **[Gab] – Ato Judicial – MINUTAR DECISÃO DE URGÊNCIA** contava-se apenas 02 processos, ambos com paralisação entre 30 e 59 dias. À guisa de exemplo, cita-se o Proc. 0050382-47.2021.8.06.0089 (desde 17/03/2022).

Por sua vez, na tarefa **[Gab] – Ato Judicial – MINUTAR DESPACHO** viu-se 24 processos, distribuídos da seguinte forma: (a) entre 0 e 29 dias – 8 processos (33,33% dos autos da fila); (b) entre 30 e 59 dias – 14 processos (58,33% dos autos da fila); e (c) entre 60 e 99 dias – 2 processos (8,4% dos autos da fila). Como se vê, nenhum deles com mais de 100 dias de estagnação. Menciona-se, à guisa de demonstração, o seguinte feito: Proc. 0050382-47.2021.8.06.0089, desde 17/03/2022.

Por fim, a tarefa **[Gab] – Ato Judicial – MINUTAR SENTENÇA** somava 6 processos, distribuídos da seguinte forma: (a) entre 0 e 29 dias – 2 processos (33,33% dos autos da fila); (b) entre 30 e 59 dias – 3 processos (50% dos autos da fila); e (c) entre 60 e 99 dias – 1 processo (16,67% dos autos da fila). Como se vê, nenhum deles com mais de 100 dias de estagnação. Menciona-se, à guisa de demonstração, o seguinte feito: Proc. 0004913-56.2013.8.06.0089, desde 18/01/2022.

No que tange ao **Sistema de Eletrônico de Execução Unificada (SEEU)**, observou-se a existência de 8 processos conclusos, todos aguardando provimento judicial há menos de 30 dias. A propósito, veja-se:



VARA ▲	CONCLUSOS +100 DIAS(*) ▲	CONCLUSOS(*) ▲
TJCE - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ICAPUÍ (REGIME ABERTO) [VIRTUAL DESDE 20/03/2019]	-	6 [006/000/000]
TOTAL	-	6

VARA ▲	CONCLUSOS +100 DIAS(*) ▲	CONCLUSOS(*) ▲
TJCE - VARA ÚNICA DA COMARCA DE ICAPUÍ (REGIME SEMIABERTO E FECHADO) [VIRTUAL DESDE 21/03/2019]	-	2 [002/000/000]
TOTAL	-	2

Ademais, em consulta ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), constatou-se a existência de 03 pendências relacionada à Vara Única da Comarca agregada de Icapuí a exigir adoção de providência imediata. Além disso, entre os feitos inspecionados, se observou hipótese que exige o cadastramento no aludido sistema, porém não realizado pelo Juízo, como, por exemplo, o **Proc. 0013166-88.2019.8.06.0035**.

Assim, do exame da atividade inspeccional, pode-se perceber que os feitos estão sendo impulsionados a contento, sendo verificadas poucas situações de morosidade na tramitação processual.

Pontue-se a pequena quantidade de processos **paralisados há mais de 100 dias**. Conforme dados do sistema SEI (**extraídos na data de 26/04/2022**), a Vara Única da Comarca agregada de Icapuí **possuía 5 processos nessa situação, o que corresponde a 0,24% do acervo**.

Por outro lado, um aspecto que precisa ser melhorado diz respeito ao monitoramento das Metas do CNJ. Nesse relatório, fizemos a análise das Metas relativas ao ano de 2022.

De partida, cabe enfatizar que a unidade judiciária não faz a devida utilização das tarjas relativas as metas nacionais, dispensando, por consequência, o uso de uma ferramenta que muito contribui na organização e priorização do trabalho, especialmente ante a quantidade de feitos enquadrados na Meta 02/2022 do CNJ.

Com relação à **Meta 1/2022 do CNJ**, observa-se que a unidade, até março de



2022, atingiu apenas taxa de **192,16%** - **índice bastante superior a meta estipulada**. Com isso, resta evidenciado o comprometimento do Juízo em julgar os processos de conhecimento em quantidade superior aos processos distribuídos.

Quanto à **Meta 2/2022 do CNJ**, o módulo judicial atingiu, até fevereiro de 2022, o índice de **81,66%** dessa importante meta nacional. Subsistindo (até 30/03/2022) quantidade expressiva de feitos (**449 processos, que corresponde a 21,68% do acervo pendente de baixa**) pendentes de julgamento até o final do ano para que a referida meta seja atingida. **Exigindo-se do Juízo, com efeito, especial dedicação a fim de se aproximar ao máximo do índice de cumprimento.**

No que diz respeito à **Meta 4/2022 do CNJ**, o índice de cumprimento é ainda menor – **72,38%**. Entretanto, diferentemente da meta 2, resta pendente (até 30/03/2022) de julgamento um número pequeno de autos (**41 processos**), o que eleva a possibilidade de cumprimento desta meta até o final do ano, **desde que empregados esforços necessários ao correto monitoramento e priorização dos autos.**

De outro giro, com relação à **Meta 8/2022 do CNJ**, a unidade judiciária alcançou o índice de **0%** e **90,91%** em relação aos processos de Feminicídio e Violência Doméstica, respectivamente. Existindo (até 30/03/2022) 23 processos enquadrados nessa relevantíssima meta nacional. **Como reflexo disso, mister se faz recomendar ao Juízo que monitore e priorize os feitos relacionados nessa meta a fim de viabilizar o seu cumprimento.**

Por último, acerca da **Meta 12/2022 do CNJ**, o índice de cumprimento da unidade judiciária é de 57,14%. Porém, para esta meta, existem (até 30/03/2022) apenas 5 processos em tramitação, de modo que há grandes chances de cumprimento desta meta até o final do ano, **desde que direcionados os esforços necessários.**

Outro relevante indicador da produtividade do módulo jurisdicional é o índice de **Julgados/Casos Novos** (Meta>100%). Nesse ponto, observa-se que a unidade conseguiu atingir a meta em 2020, com **150,28%**. Tendo ocorrido uma queda na produtividade no ano seguinte, encerrando 2021 com o índice de **102,60%** e, por conseguinte, atendendo mais uma vez a meta. Por fim, com relação a 2022, o índice está em **136,13%, conforme dados extraídos do Sistema SEI (em 26/04/2022)**. Com isso, fica novamente demonstrado que o



Juízo precisa tem se empenhado em julgar o maior número de feitos de modo a superar a quantidade de processos distribuídos no ano em curso.

Por fim, há o **Índice de Atendimento à Demanda (IAD)**. Com relação ao IAD, o módulo judicial apresentou as seguintes taxas: a) em 2020, ficou em **148,04%**; b) em 2021, em **104,99%**; e c) em 26/04/2022, encontra-se em **67,02% (consoante dados extraídos do SEI)**. Como se vê, a taxa atualmente apresentada está abaixo da meta estabelecida pelo Tribunal para este ano (de 138%).

Aliás, após detida análise da produtividade do Dr. **Fábio Rodrigues Sousa (Juiz de Direito Titular do Juizado Auxiliar da 12ª Zona Judiciária)**, respondendo pela **Vara Única da Comarca agregada da Comarca de Icapuí**, observou-se que, nos últimos 12 meses, o Magistrado obteve **média processual** (inclusive, para as demais unidades em respondência) de **135,17 sentenças, 146,83 decisões, 26 audiências e 497,25 despachos por mês**. Entretanto, quando se analisam os números alusivos apenas aos atos judiciais praticados à frente do módulo inspecionado (sem ignorar que sua atuação somente teve início a partir de 11/10/2021) as médias caem para **36,60 sentenças, 39,60 decisões, 11,20 audiências e 108,80 despachos por mês**. Especificamente com relação aos julgados, a média alcançada (36,60 sentenças por mês) está levemente aquém da demanda do módulo judicial, que é de 38,41 processos por mês (obtida dividindo a quantidade de novos processos no ano de 2021 por doze meses). **Como resultado disso, deflui-se uma tendência de aumento do acervo e, por conseguinte, de elevação da Taxa de Congestionamento (TC).**

Nesse sentido, importante destacar que na última inspeção, realizada em abril de 2020, foi constatada a existência de 2.041 processos, enquanto na presente atividade inspecional se verificou um acervo de 2.069 autos. **Isso significa que houve um acréscimo de 28 processos em 2 anos, que corresponde a um aumento de 1,37% do acervo da época.**

Corroborando a tendência de elevação na **Taxa de Congestionamento (TC)**, que, como acima alinhavado, reflete a produtividade do Magistrado, veja-se: a) em 2020, a taxa ficou em 78,46%; b) no ano de 2021, encerrou em 79,94%; e c) **em 2022, está em 82,22% (conforme dado do Sistema SEI, extraído em 26/04/2022)**. Sublinhe-se, ademais, **que o índice atual está 13,82 p.p. acima da meta estabelecida pelo Tribunal para o ano corrente (de 68,4%).**



Como reflexo da elevação na Taxa de Congestionamento, tem-se, por ora, o **descumprimento da Meta 05/2022 do CNJ**.

Pontue-se que a força de trabalho registrada no módulo judicial está **acima** da última lotação paradigma divulgada. É dizer, a unidade inspecionada é composta por **13 colaboradores** – 2 Oficiais de Justiça, 1 Técnico Judiciário, 1 Auxiliar Judiciária, 3 servidores ocupantes de cargos em comissão (1 Supervisora, 1 Assistente de Unidade Judiciária e 1 Assistente de Apoio Judiciário), 1 Terceirizado e 5 servidores cedidos –, ao passo que a lotação paradigma é de 5,5 colaboradores, conforme se depreende da Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus (veja-se: <https://tjcev2.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/tlp1.pdf>).

Ademais, não se pode olvidar que no 2º semestre de 2021 a unidade judiciária atendeu **parcialmente** os índices estabelecidos para a fins de consecução da Gratificação de Alcance de Metas (GAM), resultando no atingimento de 90% do Índice de Alcance de Metas (IAM). Por conseguinte, os servidores que integram o módulo inspecionado fizeram jus ao pagamento da referida gratificação no percentual de 27%, nos termos da Portaria nº 229, de 11 de fevereiro de 2022 (DJe: 15/02/2022).

Saliente-se, ainda, que, segundos dados do SEI (em 26/04/2022), o **Índice de Conformidade de Assuntos e Classes** está, respectivamente, em **95,97%** e **100%**. Tal número deve ser objeto de atuação do Juízo visando a integral conformidade, uma vez que o saneamento influi na estatística do módulo judicial, bem como na produtividade do Magistrado, tendo em vista que qualquer despacho, decisão ou sentença que sejam proferidos nesses processos não serão contabilizados para tanto.

Assim, conclui-se por necessário que a Dr. Fábio Rodrigues Sousa (Juiz de Direito Titular do Juizado Auxiliar da 12ª Zona Judiciária), respondendo pela Vara Única da Comarca agregada da Comarca de Icapuí, revise o Plano de Gestão Anual da unidade judiciária, especificamente a fim de aprimorar as rotinas e metas (semanais, quinzenais, mensais e semestrais) estabelecidas, com o objetivo de perseguir o constante aperfeiçoamento do serviço judicial, com especial enfoque no ágil impulsionamento processual e na célere instrução probatória.

Demais disso, é salutar que o ofício jurisdicional, ao executar seu plano de



gestão, tenha por escopo o incremento contínuo do número de julgamentos de processos de conhecimento com o objetivo de superar a Meta 1/2022 do CNJ, bem assim de conduzir ao desfecho os feitos insertos nas Metas 2, 4, 8 e 12 do CNJ. Além disso, mostra-se cabível a adoção de rotinas que possibilitem a redução da taxa de congestionamento (como trabalhar nos processos listados no card “julgado” no sistema SEI, conforme recomendação acima).

Também, deve-se imprimir celeridade nas designações de audiências, sendo de máxima relevância consignar no(a) próprio(a) despacho/decisão a data assinalada para sua realização, inclusive nos processos de réu solto – evitando-se, com isso, a inserção de entrave na rotina de trabalho (remessa dos autos para designação posterior pela Secretaria) que acaba por ampliar em demasia, como visto nesta inspeção, o tempo morto do processo. No mesmo sentido, é de fundamental importância o aprimoramento da pauta de audiências, com ampliação da quantidade diária e semanal realizada e, sobretudo, com adoção de medidas preparatórias que assegurem a realização do ato processual (Código de Normas Judiciais, art. 153), vista a grande quantidade de audiência canceladas/não realizadas nos últimos 12 meses – 47,25% dos atos com registro lançado no sistema.

Recomenda-se empenho no sentido de cumprir todas as recomendações expedidas, incorporando na rotina as que objetivam um aperfeiçoamento permanente da prestação jurisdicional. A unidade deve também dar maior atenção aos processos com prioridade resultante da legislação ou, ainda, da temática versada (como, por exemplo, os casos de destituição do poder familiar e adoção).

Tais providências são indispensáveis para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, notadamente para alcançar celeridade e efetividade judicial. É dizer, deve-se buscar uma gestão administrativa e processual que possibilite a consecução da missão institucional do Tribunal Alencarino de “*garantir direitos para realizar Justiça*”.

Portanto, constatou-se que, **neste momento**, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria.



Do presente exame inspeccional, **se constata a inexistência de criticidade da unidade judiciária** ante os seguintes aspectos: (i) índice satisfatório de Julgados/Casos Novos (136,13%); (ii) ínfima quantidade de processos sem movimentação há mais de 100 dias (5 processos – 0,24% do acervo pendente de baixa); e (iii) alto percentual de atingimento da Meta 2 (83,61%, com 449 processos pendentes de julgamento). Há criticidade, tão somente, com relação a alta Taxa de Congestionamento (82,22%). **Como consectário lógico, tenho por desnecessário o monitoramento da unidade judiciária.**

Todavia, importante destacar, uma vez mais, que o Juízo deverá dar enfoque especial nas recomendações constantes no presente relatório que tratam da priorização no cumprimento das Metas 2, 4, 5, 8 e 12 do CNJ.

Vale salientar que os esforços do Magistrado à frente do ofício jurisdiccional, bem como da equipe de servidores, colaboradores e estagiários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

No que tange aos problemas estruturais do prédio que abriga o Fórum da Comarca agregada de Icapuí, opina-se pela expedição de ofício à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) com vistas a dar conhecimento e, notadamente, para fins de adoção das medidas cabíveis.

Por fim, foi remetida cópia deste relatório ao Magistrado para fins de conhecimento e adoção de providências.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, data da assinatura eletrônica.

FABIANA SILVA FÉLIX DA ROCHA
Juíza Corregedora Auxiliar

